

Os engenheiros em 32

Conferência proferida no dia 1.º de julho de 1957, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

RIE P3095

Eng. AMADOR CINTRA DO PRADO
Membro titular do Instituto de Engenharia

Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade/CIEC
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp - Brasil

Agradeço ao sr. Presidente do Instituto de Engenharia a deferência que me fez, indicando o meu nome ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, para falar nesta série de palestras relativas ao Movimento Constitucionalista.

Ao iniciar este relato sucinto da participação que a engenharia paulista deu, em 1932, ao Movimento pela reconstitucionalização do Brasil, vem à nossa mente, sem querer, em conjunto com a lembrança do entusiasmo e do civismo do feito, memorável e quase improvisado, a saudade dos companheiros que, a nosso lado, viveram aqueles dias gloriosos. Alguns deles desaparecidos em plena revolução e outros, em grande maioria, levados por Deus nos cinco lustros que decorreram, sem terem tido a grata oportunidade deste jubileu.

As comemorações atuais precisavam ser feitas como estímulo aos brios da geração presente que, olhando o passado de Piratininga, desde a aclamação de Amador Bueno, até a Revolução de 1932, saberá levantar-se tôdas as vèzes que a sobrevivência do Brasil o exigir. Por isso, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo acrescentou, com brilhantismo e clarividência, aos assinalados serviços que tem prestado à Piratininga e ao País, mais um que, sobre todos os outros, é o maior e mais alto: a solene série de sessões cívicas em que testemunhas de várias facetas ou atividades aqui vieram trazer o seu depoimento.

O Instituto de Engenharia também está presente nesta hora, como presente esteve nos pródromos do movimento armado, quando esgotou pacificamente os recursos da opinião pública, inclusive junto, aos responsáveis pela ditadura, para que desse ao Brasil o regime constitucional e democrático em que sempre vivera desde a sua independência.

Os 25 anos decorridos amorteceram a memória e diluíram episódios, não conseguindo eu lembrar-me de tudo, apesar do esforço. Guardo indelével, todavia, a disposição dos engenheiros em servir, sem limites nem vacilações, a causa abraçada, ansiosos todos pela oportunidade de se dedicarem com destemor e heroísmo. Sejam-me relevadas, portanto, as omissões e injustiças involuntárias que eu cometer neste retrospecto.

INSTITUTO DE ENGENHARIA

Em 23 de abril de 1931, quinze meses antes do movimento armado, por decisão da assembléia geral, o Instituto de Engenharia dirigiu-se oficial e diretamente ao Chefe do Governo Provisório, "apelando com respeitosa insistência para que convocasse a Constituinte no mais curto prazo possível".

Em seguida, com o Instituto da Ordem dos Advogados e com a Sociedade de Medicina e Cirurgia, conclamou tôdas as associações de classe para um amplo movimento de opinião em favor da Constituinte, dirigindo-se frontalmente aos três encarregados pelo Governo para a elaboração da Reforma Eleitoral.

No comício monstro, levado a efeito na Praça da Sé, em 25 de janeiro de 1932, como no realizado em 24 de fevereiro seguinte, aniversário da Constituição derogada, pelas palavras do vice-presidente Pinheiro Lima e do presidente Prof. Fonseca Telles, respectivamente, o Instituto de Engenharia reclamou e exigiu, de público, a reintegração do Brasil na órbita constitucional.

Veu, depois, o movimento "pró paulista e civil" que conduziu à Interventoria o embaixador Pedro de Toledo, patriota sincero, que, em 23 de maio, vibrando unísono com a população paulista, rompeu sua subordinação ao Catete, nomeando um secretariado sem anuência ou consulta prévia.

Dessa data em diante, a sede do Instituto de Engenharia começou a centralizar diariamente o nosso pensamento político de reação ao caudilho. Amigos e colegas se dispunham francamente a uma revolução que implantasse de novo a lei. Organizaram-se grupos que deflagariam em cadeia ao primeiro toque de reunir e num desses grupos fui envolvido.

O toque de reunir veiu, de surpresa, à noitinha do dia 9 de julho. À hora do jantar, os telefones tilintaram. "Olhe! chegou a hora. Hoje às 22 horas em tal ponto, em tal edifício, em tal lugar". Havia arrebatado a Revolução Constitucionalista, chefiada militarmente pelo General Klinger, que, de Mato Grosso, estava vindo unir-se às forças políticas agrupadas na "Frente Única" e às classes conservadoras, comandadas pela Associação Comer-

cial e Federação das Indústrias. As tropas federais aquarteladas no Estado, devidamente trabalhadas, eram solidárias e, assim, seus comandantes, na mesma tarde, tomaram posição e iniciaram o movimento rumo ao Rio de Janeiro. A Central do Brasil teve seus trens interrompidos em Caçapava, Lorena, Cruzeiro e Pindamonhangaba, onde oficiais revoltosos, num mal-entendido inicial, precipitadamente detiveram e prenderam o General Pereira de Vasconcelos, novo comandante da Região Militar, que para aqui vinha como aliado da causa constitucionalista.

Nessa noite, na sede do Instituto, se discutiam medidas de urgência e de tática. Ocupar por elementos de confiança a Telefônica, os Correios e Telégrafos e, sobretudo, a ferrovia que ligava São Paulo ao Rio. Em poucos minutos, quatro engenheiros se dispuseram à tarefa e rumaram à estação do Norte para efetivar a medida preliminar, como de fato fizeram. Foram eles Plínio de Queiroz, Cincinato Cajado Braga, Paulo de Souza e Leovigildo Trindade.

Começou, assim, a participação dos engenheiros no movimento militar, cujos acontecimentos se precipitavam de hora em hora.

No dia seguinte, desde cedo, alastrado agora por tôda a cidade, continuou o ambiente de entusiasmo, de confiança e de previsão. Organizavam-se batalhões, tropas regulares se locomoviam, medidas administrativas se sucediam, caracterizando a máquina de guerra que se punha em marcha.

Que fariam os engenheiros? Como melhor servir à causa? Na retaguarda? Fazendo o que? Foi resolvido que se abrisse um alistamento para que a direção das Forças Constitucionalistas aproveitasse os engenheiros como julgasse preferível. Incontinenti, a lista começou a se encher: nome, endereço, telefone. Na tarde do dia 11, a fachada da esquina da rua Cristovom Colombo ostentava uma faixa: "A tradição bandeirante é de ação e sacrifício. Saibamos honrá-la de armas na mão".

Substituindo o prof. Fonseca Telles, secretário da Viação desde 23 de maio até final da Revolução, permaneceu a direção do Instituto de Engenharia nas mãos do vice-presidente Ranulpho Pinheiro Lima. Seu incansável e ardoroso civismo deu e estimulou todo o apoio ligado à ação da engenharia, amparando qualquer que ela fôsse, com o auxílio e prestígio da nossa instituição, que êle pôs inteiramente a serviço da nobre causa.

C. I. D. T.

À noite desse dia, Plínio de Queiroz e Trindade, voltando de Jacaré e São José dos Campos, comentavam, desolados, a desorganização das cidades ao longo da Central do Brasil por onde passavam as tropas que seguiam para a frente Norte, cujo Q. G. se estabelecera em Cruzeiro e a vanguarda, constituída pela Força Pública já alcançara Queluz. Sentiam-se no ar a improvisação e o tumulto, a boa vontade de uns e as incompatibilidades pessoais de outros, a falta dum elemento coordenador e as necessidades imperiosas de retaguarda: alojamento, abastecimento, controle, tráfego. Não seria essa a função precipua dum engenheiro? Não representava isso a ausência dum prefeito técnico? Certamente. A solução era clara e ao mesmo tempo difícil, porque era preciso conservar a autonomia política das autoridades constituídas. No dia seguinte, pela manhã, exposta a questão ao Governo, ao Secretariado e aos Chefes Militares, com a presteza e a objetividade que a situação requeria, encontrou-se a resposta: criar-se-iam as Delegacias Técnicas, comandadas por uma Comissão Inspectora encarregada de organizá-las e preenchê-las, aproveitando 180 engenheiros da lista em que se incluíam os nomes mais representativos da classe, inscritos nas primeiras 24 horas, e que aguardavam qualquer missão civil ou militar. Em mais 48 horas, a lista do Instituto atingia 740 engenheiros e 340 auxiliares. À tarde, se acertou a C. I. D. T. — Comissão Inspectora das Delegacias Técnicas — Alexandre de Albuquerque como chefe, no posto de tenente-coronel; e inicialmente quatro inspetores: Plínio de Queiroz, J. B. Almeida Prado, Leovigildo Trindade e eu. Amador Cintra do Prado, nos postos de major. Majores e capitães seriam os demais delegados e seus auxiliares.

DELEGACIAS TÉCNICAS

Vou ler, para conhecimento da casa, a íntegra do decreto 5.580, a constituição da Comissão Inspectora da C. I. D. T. e a lista dos que integraram a organização das delegacias técnicas.